

O termo "comunicação" pode ser definido em dois sentidos, um lato e o outro restrito. O sentido lato seria este: processo no arso do qual um sistema é alterado por outro. O sentido restrito seria este: processo no arso do qual um sistema é alterado por outro de tal forma, que a soma da informação seja maior no fim que no início do processo. O sentido lato abrange assim dois tipos de comunicação: a "natural", (que é entrópica, já que obedece ao segundo princípio da termo-dinâmica), e a "cultural", (que é negativamente entrópica, já que consegue supercompensar a entropia). (Há, é verdade, processos de comunicação "natural" que aparentemente são negentrópicos, por exemplo processos químicos que resultam em cristalização, e processos biológicos que resultam em organismos. Mas é possível considerar tais processos epifenômenos na tendência geral "natural" rumo à entropia.) O presente ensaio considerará apenas a comunicação "cultural", portanto comunicação no sentido restrito do termo.

As duas definições propostas podem criar a impressão que a comunicação "cultural" é de alguma forma "anti-natural" e consegue, como que milagrosamente, escapar ao princípio da entropia. Podem portanto dar origem a interpretações idealistas de várias ordens. (Comunicação "espiritual" não sujeita à determinação natural, "o espírito sopra aonde quer", e assim em diante.) Obviamente, isto não é o caso. Toda comunicação, por ser fenômeno natural, está, obviamente, sujeita à entropia. Apenas há isto: as comunicações culturais permitem serem analisadas sob enfoque específico, e revelam, sob tal enfoque, estrutura negativamente entrópica superposta sobre a estrutura entrópica própria à todo fenômeno da natureza. Para evitar toda interpretação fantasiosa, a apresentação de um exemplo está indicada:

Uma conferência em auditório pode ser considerada processo de comunicação natural da seguinte forma: um sistema, (os ouvintes), é alterado por outro, (o conferencista). O conferencista pode ser chamado "emissor", porque emite ondas sonoras, e os ouvintes "receptor", porque recebe as ondas. O ar contido pode ser chamado "canal", porque transmite as ondas. Trata-se pois de processo termo-dinâmico, no qual parte da energia investida é degradada em calor, de forma que, sob este enfoque, a soma de informação disponível no auditório é maior no início da conferência, e menor no seu encerramento. Mas a conferência pode ser considerada processo de comunicação cultural da seguinte forma: O conferencista pode ser chamado "emissor", porque emite palavras de determinada língua, e os ouvintes "receptor", porque capta tais palavras. E a língua da qual as palavras são elementos pode ser chamada "canal", porque a comunicação é transmitida dentro da sua estrutura. Enfocado assim, não se trata de processo termo-dinâmico, e não está, sob este enfoque, sujeito à entropia. Pelo contrário, a soma de informação disponível no auditório é menor no início da conferência que no seu fim, e esta é, com efeito, a finalidade da conferência, e de toda comunicação cultural: aumentar negentropia.

VILÉM FLUSSER

O importante no exemplo é notar dois aspectos. O primeiro é este: o enfoque que revela a estrutura negativamente entrópica da comunicação não é objetivo. Um observador ignorante do fato que certas ondas sonoras podem ser consideradas palavras de determinada língua, (por exemplo um observador "marciano"), não pode constatar negentropia nenhuma. No máximo pode constatar certo ritmo, e certa repetição regular, ("redundância"), em tais ondas. Para poder constatar a estrutura negentrópica na conferência, é preciso que o observador tenha algum conhecimento prévio do canal "cultural", da língua. Que portanto participe de alguma forma, (e seja muito vaga), dele. Isto significa que a estrutura negativamente entrópica é constatável apenas "intersubjetivamente", (isto é: por participantes de uma cultura), e que, objetivamente, nenhuma negentropia é constatável. Isto é importante porque sugere que a tendência anti-entrópica, (anti-natural), de toda comunicação cultural, (portanto daquilo que é chamado "espírito" em certos contextos), não é fenômeno objetivamente verificável.

O segundo aspecto a notar é o seguinte: embora a estrutura negativamente entrópica da comunicação cultural não possa ser constatada objetivamente, pode ser constatada com rigor que se aproxima do rigor das ciências da natureza. É possível, graças a teoria da informação, calcular a quantidade de informação captada pelos receptores, desde que sejam conhecidos determinados dados. De modo que, neste caso, a observação intersubjetiva pode recorrer a critérios de verificabilidade muito semelhantes àqueles que prevalecem em certas observações objetivas. Isto é possível, porque a estrutura negativamente entrópica é resultado de ~~os~~ códigos que são, em grande parte, calculáveis quantitativamente. (No exemplo oferecido, a língua que é canal de comunicação da conferência é um código neste sentido.) De modo que a análise de códigos é um método poderoso, (um dos poucos métodos atualmente disponíveis), para uma observação quantificável de fenômenos intersubjetivos, (isto é espirituais, culturais, ou qualquer termo que queiramos escolher para designá-los). Com efeito: a análise de códigos é um dos poucos métodos para estudar tais fenômenos sem cair em psicologismos, e portanto um dos métodos para abrir campo às "ciências do espírito" num sentido metodologicamente aceitável do termo.

Códigos são sistemas simbólicos, isto é: sistemas que consistem de elementos que representam, (substituem,) algo. Tais elementos são chamados "símbolos", e o algo que representam é chamado "significado". Os códigos são sistemas simbólicos, isto é: os símbolos que os perfazem são sistematizados. Obedecem a regras de acordo com as quais são combinados. A soma das regras de um código é chamada a sua "estrutura". A soma dos símbolos que perfazem um código é chamada o seu "repertório". Tanto estrutura quanto repertório de um código dado são quantificáveis, (pelo menos em tese. Há códigos nos quais tal quantificação apresenta problemas práticos ainda não resolvidos.) Em consequência,

VILÉM FLUSSER

é quantificável também o total das combinações de símbolos que um dado código permite. Tal total é chamado a "competência" do código, e indica o seu "universo significativo". Se quisermos identificar o "universo significativo" de um código, (isto é: tudo aquilo que um código pode significar), com "o pensável", ou o "espiritualmente captável", podemos concluir que, pelo menos em tese, uma análise de códigos deve permitir a delimitação quantitativa daquilo que é pensável pelos códigos atualmente disponíveis ao pensamento. Em outros termos: Em tese uma análise de códigos deve permitir a distinção nítida entre o terreno no qual um código dado é competente, (no qual tem significado), e um terreno no qual é incompetente, (no qual não tem significado). Ou ainda: deve poder distinguir com nitidez entre a competência de códigos, (por exemplo: línguas, códigos de sonhos, códigos científicos, artísticos, "herméticos", ideológicos, lúdicos, pragmáticos, e assim em diante). De maneira que, pelo menos em tese, uma análise de códigos, (a "teoria da comunicação" num sentido restrito do termo), pode vir a ser arma poderosa de uma futura "ciência do espírito", tal como a imaginavam os oitocentistas.

.....

É claro que a meta derradeira de toda análise de códigos será a "explicação" do caráter negativamente entrópico, "informativo", de toda comunicação codificada, portanto a "explicação" da oposição da cultura, (do espírito humano), à natureza. De forma que a teoria da comunicação, (como toda teoria), tem por meta derradeira distanciar-se da oposição entre homem e natureza, (da sua "alienação" e conseqüente "praxis"), contemplá-la, "explicá-la", influir na praxis e portanto contribuir para que a alienação seja superada. E a teoria da comunicação, (como toda "ciência do espírito", por exemplo a lógica, a matemática, a cibernética, a teoria da decisão, e assim em diante), concentra a sua contemplação da oposição entre homem e natureza, não sobre a natureza, mas sobre o homem. Não é, portanto, objetiva, no sentido no qual o são as teorias das ciências da natureza. Mas, (e ainda como no caso de todas as teorias), a derradeira meta tende a desaparecer no horizonte da atenção, na medida na qual vão surgindo problemas específicos, problemas estes anteriormente ignorados, ou se conhecidos, enfocados sob ângulo novo pela teoria. São problemas de tal maneira absorventes de atenção que barram a visão da meta. Provavelmente isto se dá sempre quando surge uma teoria nova, e provavelmente é bom que assim seja. Quando é descoberto um novo continente, os seus rios e montanhas se tornam mais interessantes que o caminho rumo à Índia originalmente procurado. O propósito do presente ensaio é apontar alguns desses rios e dessas serras sem perder o caminho rumo à Índia inteiramente de vista. Não se trata portanto de introdução à teoria da comunicação, mas de apresentação de alguns dos seus problemas, com o propósito de enquadrar a teoria de comunicação no contexto das pesquisas culturais atualmente em curso.

.....

VILÉM FLUSSER

O primeiro problema sôbre o qual tropeçamos pode ser chamado "genético" e formulado da seguinte maneira: como surgem códigos, qual a sua origem? É o primeiro, (embora provavelmente o mais difícil a ser claramente posto, para não dizer: resolvido), porque sabemos que podemos conhecer verdadeiramente a penas aquilo do qual sabemos "como é feito". Pois há códigos que permitem aparentemente resposta clara a tal pergunta. Por exemplo o código Morse. Ou os vários códigos telegráficos atualmente em uso. Ou os códigos nos quais recorrem as várias lógicas formais atualmente. Ou os códigos manuais usados por surdos, e os códigos tácteis usados por cegos. A resposta em tais casos é esta: determinados fenômenos, (nos exemplos choques elétricos, e grupos de letras, ou sinais tipográficos, ou gestos de dedos, ou buracos no papel), são escolhidos para perfazer o repertório do código. Tôdo fenômeno escolhido para representar outro fenômeno determinado, (letra do alfabeto latino, ou certas sentenças inglesas, ou conceitos lógicos, ou palavras de uma língua, ou, novamente, letras do alfabeto latino). De maneira que tais fenômenos passam a ser estabelecidos em símbolos com significados determinados. E são indicadas regras que permitem a manipulação dos símbolos dentro do código, que o estruturam. Os que aprendem os significados dos símbolos e as regras que permitem a sua manipulação podem doravante comunicar-se dentro do código. De maneira que, em tais casos, a resposta é esta: códigos são resultados de convênios que estabelecem símbolos e suas regras.

Mas se quisermos aplicar tal resposta a todos os códigos, esbarraremos contra várias dificuldades formidáveis. A primeira é esta: parece que os códigos disponíveis podem ser organizados em série na qual a sua origem conven-cional se torna de mais a mais duvidosa. Os exemplos oferecidos ocupariam em tal série os primeiros postos. Já os códigos nos quais se comunicam as várias ciências, (por exemplo o código da física ou química), não são tão evidentemente convencionais quanto o é o código Morse. O código do alfabeto latino, (no qual determinadas letras representam determinados sons falados de acôrdo com determinadas regras), é a tal ponto produto de influências histó-ricas e geográficas que o seu caráter convencional passa a ser encoberto. No caso das línguas faladas, (nas quais determinados sons representam determina-das "ideias" de acôrdo com determinadas regras), é difícil imaginar-se como, quando, e por quem tais significados e regras foram convencionados. Os gestos da dança, (que podem representar determinados sentimentos de acôrdo com determinadas regras), parecem não terem sido convencionadas inteiramente, mas parecem "brotar de alguma determinação interna". (E o mesmo se aplica a tô-dos os códigos nos quais a arte, a comunicação estética, se articula). Cer-tas doenças psico-somáticas podem ser decodificadas como sendo símbolos so-máticos de determinados fenômenos psíquicos, mas é difícil imaginar-se que tal código foi convencionado. Finalmente, parece contrasenso querer afir-mar que a simbologia dos sonhos, (que é o código no qual o inconsciente se

VILÉM FLUSSER

comunica com o consciente), foi convencionalizado, já que o convênio parece presupor uma ação consciente. É relativamente fácil inserir todos os códigos disponíveis em tal série de convencionalidade decrescente, embora certos códigos, (por exemplo os de comunicação ideológica), ofereçam dificuldades de enquadramento. Podemos interpretar tal série como a de decrescente "artificialidade" e crescente "naturalidade", mas uma interpretação assim pouco ou nada ajuda a resolver o problema. Uma maneira de obviá-lo verbalmente é dizer que códigos são resultados de convênios mais ou menos conscientes, sendo o código Morse exemplo de um convênio inteiramente consciente, e os códigos dos sonhos exemplos de convênios inconscientes dos quais participamos "naturalmente". Tal interpretação explicaria a diferença gradual ao longo da série da maneira como aprendemos a comunicar-nos. O código Morse exigiria aprendizagem consciente, já o código das línguas faladas exigiria aprendizagem consciente acrescida de "intuição do espírito da língua", e o código dos sonhos não exigiria aprendizagem para ser utilizado, mas a exigiria para ser decodificado. Mas tal explicação é pouco satisfatória, e o problema persiste.

A segunda dificuldade formidável contra a qual esbarramos ao definirmos códigos como resultados de convênios é esta: Certos códigos parecem estruturados por regras que não foram convencionalizadas, mas impostas sobre os códigos por regras que regem os significados que tais códigos comunicam. A regra que rege a sentença química " $\text{Na} + \text{Cl} = \text{NaCl}$ " não parece ser convencional, (como o é a regra que rege o movimento do bispo no xadrez), mas parece ter sido imposta sobre a sentença pela regra que rege o significado de "Na" e de "Cl". A regra que rege a sentença "João ama Maria" parece imposta sobre a sentença pela regra que rege o significado de "João" e "Maria". Tal imposição de regras sobre códigos seria aquilo que confere a tais comunicações sua qualidade "epistemológica", sua capacidade de "captar a verdade". Seriam comunicações "falsas", se as regras das suas sentenças não "espelhassem" as regras regentes os seus significados. E isto seria critério para distinguir entre comunicações epistemológicas e outras: as outras teriam regras conven-cionalizadas. Mas sabemos que a regra da adição, (que rege a sentença química citada), é inteiramente convencional em outro sentido do termo, já que outro código químico com regras diferentes, (por exemplo o da química estrutural), pode comunicar o "mesmo" significado. E que a regra gramatical que rege a sentença portuguesa citada é inteiramente convencional em outro sentido do termo, já que há sentenças em outros códigos, (por exemplo em chinês), que obedecem a regras inteiramente diferentes mas comunicam o "mesmo" significado. Também este aspecto do problema persiste com virulência aumentada.

Há outras dificuldades igualmente perturbadoras, mas a mais formidável de todas parece ser esta: Se códigos são resultados de convênios, como tais convênios são comunicados a seus futuros participantes? É difícil ima-ginar-se que tais convênios sejam comunicados pelo próprio código a ser comu-

VILÉM FLUSSER

nicado. Não é de tudo impossível, e há experiências neste sentido. Há métodos de ensinar inglês recorrendo apenas à língua inglesa, e de aprender aritmética sem recorrer a palavras de línguas faladas. Mas se analisarmos tais métodos verificaremos que sempre recorrem a códigos estranhos ao código proposto. (Por exemplo, a gestos.) Porque parece óbvio que todo convênio estabelecido de código é anterior ao próprio código, (tanto historicamente quanto logicamente), e que portanto exige a existência de outro código, ("meta-código" do proposto). No caso do código telegrafico o "meta-código" é a língua inglesa, no caso do código químico o "meta-código" é a língua do "senso comum", e no caso da língua portuguesa o "meta-código" seja talvez o latim vulgar e algumas línguas bárbaras. Mas qual é o "meta-código" no caso da pintura abstrata? E no caso da ideologia islâmica? Talvez estes possam ser descobertos na análise dos próprios códigos, porque indubitavelmente o "meta-código" se espelha de alguma maneira no seu "código-objeto". Mas, finalmente, qual é o "meta-código" da simbologia dos sonhos? Será "decodificar" sempre sinônimo de "descobrir o convênio", portanto o "meta-código" no qual o código foi formulado? Será portanto "redecodificar" sempre sinônimo de "des-ideologizar", (qualquer que seja o significado deste termo altamente codificado)? Ou não estaríamos aqui sendo vítimas de uma redução ao infinito, característica de toda pergunta que demanda a "origem"? De modo que devemos nos contentar com a constatação que todo código, para ser convencionalizado, exige outro código, e assim ad infinitum? (Para não falar do fato que a hierarquia de códigos assim sugerida pode perfeitamente ser reversível. Por exemplo: o alfabeto pode ter por "meta-código" uma língua falada, e outra língua falada por código objeto. E para não falar do fato que em certos casos, como no da simbologia dos sonhos, a própria busca de um "meta-código", por exemplo o dos arquétipos, é problema.) Com efeito, a dificuldade da origem de códigos é tão formidável, que não parecem atualmente existir nem sequer indícios de métodos como formulá-la.

.....

Se abandonarmos, atordoados, a atitude "genética" perante os códigos, e optarmos por atitude "estrutural", surge um tipo inteiramente diferente de perguntas. A forma mais geral na qual podemos colocá-las talvez seja esta: Que tipos de significados são comunicados pelos vários códigos, e qual é a relação mútua, (traduzibilidade), entre tais tipos de significados? É claro que tal maneira de perguntar põe em questão, não a origem dos códigos, mas a relação entre símbolo e significado, e a relação entre os símbolos nas respectivas estruturas. Esta forma de perguntar se revelou, na curta história da teoria de comunicação, bem mais fecunda que a primeira. A razão disto é que os códigos se prestam melhor a análises formais que históricas, e que as respostas porventura encontradas a tais perguntas ferem mais imediatamente os problemas da atualidade, tão dependentes de certos códigos atualmente vigentes.

VILÉM FLUSSER

Se consultarmos os códigos quanto à relação que estabelecem entre os símbolos e seus significados, constataremos que tal relação varia entre dois extremos. Num extremo estão códigos nos quais corresponde, a todo símbolo constante do seu repertório, um único significado constante do seu universo significativo, e nos quais todo significado constante do universo significativo é representado por um único símbolo constante do repertório do código. Há em tais códigos relação bi-unívoca entre o código e seu universo. Tais códigos são chamados "denotativos". No outro extremo estão códigos nos quais a relação entre símbolo e significado é altamente indeterminada, de forma que um dado símbolo constante do repertório pode corresponder a vários significados do universo significativo, e um dado significado constante do universo significativo pode estar representado no repertório do código por vários símbolos diferentes. Em tais códigos a relação entre código e seu universo é equívoca, e estes são chamados "conotativos". Os dois casos extremos são, no entanto, raros. Um exemplo do primeiro extremo seria o código da lógica simbólica, e um exemplo do outro extremo seria o código da simbologia dos sonhos. A grande maioria dos códigos revela relação mista, isto é: alguns dos seus símbolos são denotativos e outros conotativos, e, inversamente, alguns dos seus significados são representados por único símbolo, e outros por vários e diferentes. Exemplos característicos de tal relação mista são as línguas faladas.

Uma interpretação precipitada desta constatação poderia afirmar o seguinte: Há hierarquia de códigos cujo critério é a denotação, e cuja base é formada de códigos conotativos e o topo por códigos denotativos, e tal hierarquia é idêntica com a outra que ordena os códigos seguindo o critério do convênio consciente. Em outros termos: Quanto mais conscientemente for convencionado um código, tanto mais será denotativo, e os códigos mais conotativos são os mais "naturais", e os denotativos os mais "artificiais". Tal interpretação tem por modelo os códigos científicos, cuja meta consciente é a eliminação de toda conotação, ("redundância"), portanto a eliminação de todo equívoco possível. Por trás de tal interpretação está o ideal da mensagem "clara e distinta" cartesiana. Mas tal interpretação não resiste a uma consideração mais atenta dos códigos existentes. Tal consideração revelará que existem códigos altamente "artificiais", isto é convencionados tão conscientemente quanto o código da lógica simbólica, e cuja meta é alcançar um máximo de conotação possível. Exemplos de tais códigos são certos códigos artísticos, (por exemplo literários), de um lado, e certos códigos ideológicos, (por exemplo os da propaganda comercial), do outro. De modo que denotação e "artificialidade" não coincidem enquanto critérios de hierarquização de códigos, e que a variabilidade dos códigos quanto a relação entre símbolo e significado deve ser interpretada de outra maneira.

A chave da resposta será encontrada se perguntarmos pelo tipo de mensagem que um determinado código visa comunicar, e reside no seguinte fato: có-

VILÉM FLUSSER

digos denotativos transmitem mensagens relativas ao seu universo, nas quais o universo é comunicado de forma clara e distinta, mas também de forma depurada e empobrecida. Tais mensagens captam o seu universo nitidamente, mas perdem muitos aspectos do seu universo. Códigos conotativos transmitem mensagens relativas ao seu universo, nas quais o universo é comunicado de forma confusa, mas também de forma densa. Tais mensagens captam o seu universo mais plenamente, (são mais "significativas"), mas o fazem de forma equívoca, de maneira que permitem várias "leituras". De modo que podemos dizer que mensagens de códigos denotativos são, de ponto de vista do receptor, mensagens "fechadas", (permitem apenas uma única interpretação), e as de códigos conotativos são mensagens "abertas", (abrem ao receptor parâmetro de interpretações variadas). Isto sugere que códigos são convencionalizados pragmaticamente: visam determinadas atitudes, (comportamentos), nos receptores das suas mensagens. E isto se refere não apenas aos códigos convencionalizados conscientemente, mas igualmente aos convencionalizados inconscientemente. Apenas nos inconscientes a meta visada é, ela própria, inconsciente. A análise de códigos permite portanto, até certo ponto, revelar a finalidade à qual se destinam. Neste sentido tais análises são, efetivamente, desilicologizantes.

A comparação entre as mensagens conotativas e denotativas seria impossível, se a todo código correspondesse um único universo, incomunicável por outro código. Se este fosse o caso, poderíamos crer que há interdependência entre universo e mensagem. Isto porém não é o caso, e a transcodificabilidade, (traduzibilidade), de muitas mensagens o prova. A traduzibilidade permite que possamos afirmar a respeito de certas mensagens que o seu significado é aproximadamente o mesmo, embora ocorram em códigos diferentes. E este fato impõe a conclusão que pode haver universos comunicáveis por vários códigos, e que pode ocorrer, em outros casos, uma sobreposição, ("overlap"), entre os universos de vários códigos, embora não coincidam. Fosse toda mensagem traduzível de não importa que código para não importa que outro, poderíamos concluir que, no fundo, todos os códigos comunicam o mesmo universo. Mas isto tão pouco é o caso. A conclusão que se impõe de consideração da traduzibilidade é esta: Há vários universos significativos, como há vários códigos, mas o conjunto dos códigos não corresponde de forma bi-unívoca ao conjunto dos universos. Esta conclusão é profundamente insatisfatória tanto para a hipótese que afirma que toda mensagem se refere, no fundo, a uma única "realidade", quanto para a hipótese oposta que afirma que todo universo é "projeção" de um código que o comunica. É pois profundamente insatisfatória tanto para posições "realistas", quanto "idealistas". Mas é conclusão extremamente desafiadora para todos os que crêm ser a teoria da comunicação método fértil para a pesquisa de fenômenos inter-subjetivos. Porque sugere que uma futura teoria da tradução, (a ser elaborada pela teoria da comunicação), não apenas poderá influir na praxis da tradução, mas contribuir para a superação dessa antiga contenda.

VILÉM FLUSSER

Um outro tipo de pergunta que uma atitude "estrutural" em face de códigos impõe é este: Como se relacionam os símbolos mutuamente dentro do código do qual fazem parte? Este tipo de pergunta fere a estrutura dos códigos, e a fere em pelo menos dois sentidos radicalmente diferentes. Num dos sentidos a estrutura dos códigos será a soma das regras que ordenam os símbolos por assim dizer fisicamente. No outro sentido a estrutura dos códigos será a soma de regras que ordenam os símbolos por assim dizer logicamente. Embora exista interrelação entre os dois sentidos, cada qual exige que seja considerado em separado.

---.---.---.---.---.---

Se considerarmos a estrutura "física" dos códigos, devemos perguntar que tipo de fenômenos físicos são os símbolos dos quais um dado código é composto. Aí verificaremos que não importa que fenômeno físico pode ser convencionalizado para representar não importa que outro fenômeno, físico, que será seu significado. Em outros termos: símbolos podem ser pontos, ou linhas, ou superfícies, ou corpos. E um código dado pode ser composto de um único tipo físico de símbolos, ou pode ser misto. Para complicar mais uma situação já complexa, devemos verificar que não importa que aspecto físico de um fenômeno pode ser codificado em símbolo: a sua forma, a sua cor, e seu efeito sonoro, os seus efeitos olfáticos e tácteis, e assim por diante. E que, também deste ponto de vista, os códigos podem ser uniformes ou mistos. De maneira que, sob primeira vista, a situação se apresenta tão caótica que parece tornar tão tentativa de catalogar códigos tarefa impossível. E sem pelo menos esboço de catálogo nenhuma pesquisa pode ser disciplinada.

Mas sob segunda vista a situação se simplifica radicalmente, (talvez demasiadamente radicalmente?). Embora possa haver um número muito grande de códigos existentes, (e talvez um número indefinível de códigos possíveis), os códigos que efetivamente transmitem as mensagens mais importantes na situação cultural da atualidade são de poucos tipos. Podemos distinguir, com efeito, três tipos: os que codificam os aspectos visuais de fenômenos, (códigos visuais), os que codificam os aspectos sonoros de fenômenos, (códigos auditivos), e os mistos, (audio-visuais). Os códigos visuais podem, por sua vez, serem ordenados em códigos que codificam pontos e linhas, (por exemplo os alfabetos) os que codificam pontos, linhas e planos, (por exemplo desenhos), e os que codicam corpos e seus movimentos, (por exemplo arquitetura e dança). Os códigos auditivos podem ser ordenados em códigos que codificam sons produzidos pela boca humana, (por exemplo línguas faladas), e os que codificam tôdo outro tipo de som, (por exemplo música instrumental e códigos de tambores). E os códigos audio-visuais, (os quais podem ser considerados mistos dos dois tipos mencionados), podem ser ordenados em códigos que recorrem a métodos tradicionais, (por exemplo representações teatrais), e a métodos avançados, (por exemplo TV e cinema).

Sob tal simplificação radical, (talvez excessiva), verificaremos que

VILÉM FLUSSER

a superfície da situação atual parece dominada por três, (e apenas três), tipos de códigos: um visual, (o alfabeto latino), um auditivo, (as línguas faladas, principalmente a inglesa), e um audiovisual recorrendo à técnicas avançadas, (a televisão). Não que não existam numerosos outros códigos pelos quais a humanidade se comunica, códigos "avançados", (por exemplo as linguagens de computadores), códigos tradicionais, (por exemplo a pintura), e códigos inmemoriais, (por exemplo códigos de imagens míticas). Mas os três códigos mencionados parecem caracterizar a atualidade, tanto em sua força dominante, quanto na concorrência na qual parecem empenhados. Isto explica porque os teóricos de comunicação concentraram tanto de sua atenção a este tipo de códigos, (e a outros característicos da atualidade, como seja o filme e o anúncio ilustrado). Esta concentração de atenção é explicável, dada a juventude da disciplina, e possivelmente proveitosa, já que investiga problemas prementes, e já que seus resultados podem ser aplicados em campo mais amplo. Mas pode ser perigosa no sentido de limitar desnecessariamente o campo de pesquisas da comunicologia.

O caráter físico dos símbolos influi decisivamente na estrutura dos códigos, de modo que devemos concluir desde já que, deste ponto de vista, a estrutura é convencionalizada muito mais sob o critério do próprio símbolo, e muito menos sob o critério do seu significado. (A mensagem reflete, na sua estrutura, muito mais o caráter dos seus símbolos, e muito menos uma pretensa "realidade" que comunica.) Isto explica a famosa sentença, (por certo exagerada, que "o canal é a mensagem". Podemos, grosso modo, distinguir entre três tipos de estruturas: as que ordenam os símbolos em séries lineares, (as diacrônicas), as que ordenam os símbolos em superfícies, (as sincrônicas planas), e as que ordenam os símbolos no espaço, (as sincrônicas tridimensionais). Exemplos do primeiro tipo são as línguas faladas e o alfabeto. Exemplos do segundo tipo são a escrita chinesa e a pintura. Exemplos do terceiro tipo são a dança e a arquitetura. Os três tipos de estrutura podem ser combinados de várias formas, e a mais importante combinação atual é o código da televisão que tem estrutura complexa que combina diacronia e sincronia plana em vários níveis.

O efeito da estrutura sobre a mensagem é tão grande que fere profundamente o problema da traduzibilidade. Que sentido tem dizer que um filme transmite a mesma mensagem que um livro? Ou que um programa de televisão transmite a mesma mensagem que um artigo impresso? Por certo: tem sentido dizer isto, mas o sentido é problema. O problema é que mensagens diacrônicas se desdobram em tempo diferente daquele no qual mensagens sincrônicas ocorrem. Não é exagero dizer que vivenciamos o mundo, conhecemos o mundo e agimos nele dentro das estruturas que nos são impostas pelos códigos que nos informam. A importância do problema não pode ser exagerada nem existencialmente, nem epistemologicamente, nem politicamente. Os resultados alcançados neste cam-

VILÉM FLUSSER

po pela teoria da comunicação são ainda muito provisórios, esporádicos e duvidosos. Mas abrem, desde já, horizontes até agora insuspeitos. Permitem não apenas uma nova visão da nossa maneira de "estar-no-mundo", mas também visualizar perspectivas da elaboração de novas estruturas de códigos, a modificarem radicalmente este "estar-no-mundo". Destarte a teoria da comunicação pode vir a ser autêntica arma em futura revolução no verdadeiro significado do termo.

.-.-.-.-.-.

Visão inteiramente diferente oferece a consideração das estruturas de códigos sob ponto de vista formal, isto é: se os considerarmos logicamente. Sob tal prisma devemos perguntar como são organizados os símbolos dentro do código a fim de informarem os receptores de suas mensagens. Trata-se, em outros termos, de descobrir se há hierarquia de símbolos dentro do código, e qual é o efeito de tal hierarquia, (se existe), sobre o receptor da mensagem. Um método eficiente em tal pesquisa é tomar um código específico e já bem analisado, (o das línguas faladas), como modelo para todos os demais, e ver até onde os demais códigos coincidem com o modelo, e aonde diferem dele.

Nas línguas faladas do Ocidente podemos distinguir entre três tipos de símbolos, (palavras): símbolos que representam fenômenos, (por exemplo substantivos); símbolos que representam relações, (por exemplo verbos); e símbolos que representam regras, (por exemplo as palavras "e" ou "mais" na língua portuguesa). As línguas ordenam estes três tipos de símbolos em estruturas chamadas sentenças. Podemos distinguir entre vários tipos de sentenças, que são resultados das várias maneiras como os três tipos de símbolos são ordenados. Mas estes vários tipos de sentenças podem ser reduzidos a três: sentenças que afirmam, as que mandam, e as que exclamam. De forma que a estrutura das línguas permite a transmissão de três tipos de mensagens: indicações, imperativos e articulações de vivências imediatas. Ou: mensagens epistemológicas, ideológicas e estéticas. Ou ainda: transmissão de modelos de conhecimento, de comportamento, e de vivência.

Antes de podermos utilizar as línguas como modelos dos demais códigos, devemos admitir várias dificuldades. A primeira diz respeito ao fato que pode haver sentenças nas quais os símbolos foram ordenados em desacordo com a estrutura da língua. Tais sentenças não transmitem mensagem alguma, "não têm significado". Mas este fato é às vezes revelado apenas depois de análise cuidadosa das sentenças, e há casos nos quais tais sentenças "falsas" foram articuladas propositadamente, justamente para criar a ilusão de mensagem. Tais casos podem ser chamados "demagogias". A segunda dificuldade diz respeito ao fato que há sentenças mistas, nas quais as partes epistemológicas, ideológicas e estéticas precisam ser destrinchadas laboriosamente. A terceira dificuldade diz respeito ao fato que sentenças ideológicas podem mascarar-se e epistemológicas, e assim em diante, e que o desmascaramento é igualmente la